



MUNICÍPIO DE BORBA

Praça da República - 7150-249 Borba . Telef.: 268 891 630 . Fax: 268 894 806 . e-mail: angelo.sa@cm-borba.pt
http://www.cm-borba.pt - Contribuinte n.º 503 956 546

ACTA N.º.13/2004 **REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE** **BORBA REALIZADA NO DIA 07 DE JULHO DE 2004**

Aos sete dias do mês de Julho do ano de dois mil e quatro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Vila de Borba, reuniu pelas dez horas e quarenta e cinco minutos a Câmara Municipal de Borba, com a presença do vereador eleito pelo Partido Socialista, Humberto Luís Russo Ratado e Artur João Rebola Pombeiro, vereador eleito pela CDU Joaquim José Serra Silva e sob a Presidência do Sr. Dr. Ângelo João Guarda Verdades de Sá, Presidente da mesma Câmara.-----

Não esteve presente o vereador eleito pela CDU Vicente Manuel Ameixa Ermitão.-----

Como secretária à reunião esteve presente a funcionária Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista da Câmara Municipal de Borba.-----

Movimento Financeiro-----

Foi distribuído e presente o resumo diário de tesouraria do dia seis de Julho de 2004, que acusa um total de disponibilidades de **336.331,63 (trezentos e trinta e seis mil trezentos e trinta e um euros e sessenta e três cêntimos)**.-----

----PONTO 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA--

Ponto 1.1 – Assuntos Gerais de interesse para a autarquia-----

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião e começou por perguntar ao restante executivo se tinha algum assunto para apresentar neste período de antes da Ordem do Dia.-----

O vereador Joaquim Serra começou por apresentar um protesto relativo ao início tardio da reunião. Referiu que é apresentada uma convocatória que convoca a reunião para as 10:00 horas e, mais do que os vereadores da oposição, os vereadores a tempo inteiro têm por obrigação de estar no local

da reunião à hora marcada. Esta reunião vai iniciar-se com 45 minutos de atraso, por isso entende que deveria haver mais pontualidade para que depois todos pudessem trabalhar com alguma serenidade.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente referindo estar de acordo com o que foi dito pelo vereador Joaquim Serra. Lembrou, no entanto, que já houve uma situação em que os eleitos em maioria também esperaram porque houve vereadores da oposição que vinham a caminho. Realçou que são situações pontuais que acontecem a todos de vez em quando.-----

Usou também da palavra o vereador Humberto Ratado referindo que concorda com a observação feita pelo vereador Joaquim Serra. São, no entanto, situações que acontecem de vez em quando e o que interessa é estarem todos para resolver os assuntos, nem que para isso tenham que estar cá até à noite.-----

Usou ainda da palavra o vereador Artur Pombeiro referindo que também ele discorda que haja este tipo de atrasos, sobretudo se não tiverem qualquer tipo de justificação. Entende perfeitamente que não é nada agradável para os vereadores da oposição terem que estar à espera dos eleitos que estão a tempo inteiro. Reparou, nitidamente, que o vereador Joaquim Serra entrou na sala de reuniões eram precisamente 10:00 horas, no entanto, surgiram outros assuntos, tais como chamadas telefónicas e outros que levaram a este atraso. Contudo voltou a realçar que o vereador Joaquim Serra tem toda a razão no protesto que fez, e ele próprio o incentivou a fazê-lo.-----

. Seguidamente o Sr. Presidente apresentou duas Tomadas de Posição: a primeira sobre “Localização de centro de logística com terminal ferroviário de velocidade alta na Zona dos Mármore” e outra sobre “Utilização dos inertes das escombrelras nas obras públicas”.-----

Relativamente à primeira o vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, referiu que espera que tenha o mesmo acolhimento nas outras Câmaras da Zona dos Mármore, ou que tivesse sido preparada de modo a que pudesse ser uma tomada uma posição conjunta (nas reuniões de todas as Câmaras da Zona dos Mármore) para não aparecem tomadas de posição desgarradas, porque lhe parece que este é um assunto que só o peso e o carácter regional poderão justificar tal tomada de posição. Se for só uma posição isolada da Câmara de Borba sem que recolha tomadas de posição das restantes Câmaras poderá cair em “saco roto”. Entretanto o Sr. Presidente referiu que, certamente, vai haver acolhimento, pelo menos da parte de dois Presidentes de Câmaras da Zona dos Mármore que já auscultou.-----

Apreciadas por todo o executivo foram as duas Tomadas de Posição aprovadas por unanimidade e envidas para: Presidente da República, Primeiro Ministro, Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação,

Presidente da CCDRA, Câmara Municipais da Zona dos Mármore e meios de Comunicação Social.-----

Ficarão as mesmas anexas a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

. Ainda neste ponto da ordem de trabalhos, o vereador Humberto Ratado salientou ter ficado surpreendido com mais um folheto “Borba News”, que distribuiu por todos os presentes. Fez alguns comentários, não propriamente para as pessoas (pois entende que os actos ficam para quem os pratica) mas, ao documento em si: “Entendo que aparecendo mais um documento sem ser identificado, só desprestigia Borba e a população de Borba. É de uma baixeza total que, seja ele de quem for, não é com tantas injúrias e calúnias que se chega seja onde for. Para mim, nada faz qualquer sentido mas, as pessoas quando o escrevem fazem-no com algum sentido, tanto mais que não assumem nem assinam os seus nomes, daí me atrever a dizer que estas “coisinhas”, estas “gentinhas”, sejam eles quem sejam não são mais do que os que pertencem à classe irracional dos animais – com todo o respeito pela reunião, pelo Sr. Presidente, pelos Senhores Vereadores e pela Secretária – é isto que sinto. Acho que estão a ser ultrapassados todos os limites, porque efectivamente não há razão para que isto aconteça, e penso mesmo que, deve ser o único concelho onde isto acontece. Acho que as pessoas que escrevem este documento deviam viver na época de D. Afonso Henriques – da monarquia, porque efectivamente continua a falar-se nos Dons. – isto já aborrece, e não me vou pronunciar sobre mais algum folheto que venha. Isto só prejudica, não existe aqui nenhuma educação, não é aquilo que nós estamos a transmitir enquanto equipa e executivo para a população de Borba e parece-me que existe uma quantidade de pessoas, ou apenas uma pessoa (não sei) que deveria saber chegar aqui e dizer fui eu que escrevi e escrevo-o por isto, ou por aquilo – isto sim que era de pessoa, como não acontece, considero tratar-se de um animal mas daqueles tipo “vermes”, que andam por aí e nem se sabe bem quais são – acuso quem escreveu, não acuso mais ninguém – porque até os próprios animais têm instintos e eles próprios sabem defender-se e sabem atacar, eles próprios criam as suas crias que também são educadas de forma a defenderem-se do mundo que é muito agressivo para com eles. Lamento, mais uma vez, a saída do Borba News que deve ter sido importado dos Estados Unidos. Por mais caricatas que pareçam estas observações, fico por aqui, realçando que coisas deste género não dignifica a população, não dignifica o concelho, não dignifica quem escreve, não dignifica ninguém. Quando há algo a dizer, que seja dito com clareza e com identificação para dar oportunidade para quem se possa não defender mas argumentar o porquê dos factos – rematou”.-----

Usou da palavra o Sr. Presidente, deixando-se rir, referindo que já tinha saudades deste Jornal – de facto deve ser de alguém que anda desatento, porque em vez de referir o sapo(cada vez mais)gordo, como a balança se

inverteu, deveria referir o sapo(cada vez mais)magro. Disse para o vereador Humberto que isto não é para preocupações, pois isto é a sequência daquilo que se vinha fazendo (política baixa) – Salientou: ... aliás há coisas aqui que me deixam alguma curiosidade, sobretudo em relação ao corpo de redacção (o Zé de Borba, o Borbense Atento, o Zé da Esquina) e já várias vezes algumas pessoas ligadas á oposição se referiam a artigos escritos por estas pessoas em anonimato, mas usando o pseudónimo em jornais – e isto vê-se nitidamente de onde vem, aliás, tal como os outros. É estranho que se faça oposição desta maneira – mas não é nada preocupante, antes pelo contrário – só vai denegrir a imagem de quem escreve com a carrada de mentiras que escreve que se fosse esbatido tudo o que está escrito alguém ficava mal que não as pessoas que aqui aparecem retratadas, mas enfim. Existem algumas coisas que se vê perfeitamente de onde vem a informação. Para mim, não significa nada, é mais um folheto para a colecção e faço questão que seja enviado para onde têm sido enviados os outros.-----

Usou da palavra o vereador Artur Pombeiro referindo que também, ontem quando viu o documento, ficou surpreendido pois trata-se de um documento que atinge a maioria, com pedradas, mas quem o faz tira sempre os tiros tortos nunca atingindo os objectivos. E não atinge os objectivos porque não é com mentiras que eles se atingem. Considera este documento o regresso dos Zé Zés daqui há uns anos atrás. A verdade é que o regresso dos Ze Zés, não o choca nada nem tão pouco que a população de Borba tenha conhecimento destes documentos – a população de Borba está atenta, sabe ler e pelo que parece isto foi escrito para analfabetos, não para pessoas que sejam minimamente inteligentes. Contudo, o que mais o choca é que este tipo de documentos envolva trabalhadores da Câmara e que sejam metidos na política – são operários da Câmara e não têm nada a ver com a política. Identifica o documento com um grupo de Zé Zés , que escreve um cabaz de mentiras, mas o que mais o choca, como já disse, é que sejam envolvidos trabalhadores da autarquia nesta questão.-----

O Sr. Presidente reforçou que há determinadas coisas que se vê perfeitamente de onde vêm, mas o que é grave é que muitas são mentiras, e que pode dar origem em alturas mais quentes que venham dados reais para cima de mesa e nessa altura alguém fica mal – mas o tempo o dirá.-----

Usou da palavra o vereador, eleito pela CDU, Joaquim Serra referindo que já é tempo do Sr. Presidente enviar estes documentos para a Judiciária. O Sr. Presidente faz uma série de insinuações à volta destes documentos que envolve toda a gente e apanha toda a gente no barco – e isso não pode ser. Realçou que a oposição nesta Câmara é feita pela CDU e por dois vereadores, e a CDU enquanto oposição neste município, não tem nada a ver com este documento. Foi aqui várias vezes frisado o nome da oposição, no entanto, quer deixar claro que oposição feita pela CDU não é tratada em

Borba News nem em outros documentos deste tipo. A oposição que a CDU faz é identificada, tais como os Boletins da CDU que são assinados e identificados. Por isso, considera que algumas insinuações feitas aqui careciam ser desmontadas e provadas. Considera ainda que o Sr. Presidente já que diz, desde o princípio que estes documentos começaram a sair, que os envia para a Judiciária, deveria mesmo fazê-lo.-----
O Sr. Presidente esclareceu que têm sido todos enviados para a Judiciária, apenas o que não foi enviado foi este que está aqui hoje em discussão e o último que saiu antes deste. Realçou, porém, que estes também vão ser enviados quer para a Judiciária quer para o Ministério Público.-----
Frisou ainda que quando se refere a que o documento é da oposição não quer dizer que está a acusar o vereador Joaquim Serra ou o vereador Vicente Ermitão, no entanto, vê-se nitidamente que o mesmo só pode ser da autoria de alguém da oposição.-----
O vereador Joaquim Serra disse ao Sr. Presidente que isto é a sequência daquilo que vinha sendo feito no mandato anterior. Os nomes eram os mesmos: Zé de Borba, Borbense Atento e Zé da Esquina, a única diferença é que os outros saiam publicados num Jornal de distribuição “Terras Brancas”, mas o modo como saiam era o mesmo. Acha que estas coisas vão aparecendo sempre, pois há pessoas que têm tempo para as fazer.-----
“O que pode acontecer é que possam começar a sair alguns assinados e que possa ser mais complicado – rematou o Sr. Presidente”.-----

Proposta de alteração à Ordem do Dia-----

Por proposta do Sr. Presidente, **foi deliberado, por unanimidade**, aprovar uma alteração à Ordem do Dia de modo a incluir o seguinte ponto: “Cedência de Direito de Superfície”. Assim, o ponto 2.7 – Actividades da Câmara passará a ponto 2.8.-----

PONTO 2. ORDEM DO DIA -----

A Ordem do Dia passou a ser a seguinte:-----

Ponto 2.1 – Aprovação da Acta nº. 12/2004-----

Ponto 2.2 – Requerimentos-----

Ponto 2.3 – Aquisição de Terreno-----

Ponto 2.4 – Pedido à Assembleia Municipal para emissão de Declaração de Utilidade Pública para efeitos de Expropriação de parcela de terreno-----

Ponto 2.5 – Apresentação de Candidatura, à Direcção Geral dos Recursos Florestais, no âmbito do Programa Brigadas Autárquicas de Voluntários, destinada a efectuar vigilância da floresta-----

Ponto 2.6 – Transferência do IEP, de um troço da EN 255, para o Município de Borba-----

Ponto 2.7 – Cedência de Direito de Superfície-----

Ponto 2.8 – Actividades da Câmara-----

PONTO 2.1 – APROVAÇÃO DA ACTA Nº. 12/2004 -----

Previamente distribuída por todos os eleitos, e após a introdução de algumas correcções, foi a Acta nº. 12/2004 aprovada por unanimidade.-----

PONTO 2.2 – REQUERIMENTOS-----

Relativamente aos requerimentos apresentados, por proposta do vereador Artur Pombeiro, a Câmara Municipal, tomou as seguintes deliberações:-----

a) Vistoria por motivos de reclamação-----

Reclamante: **Maria Helena Faleiro Grego-----**

Local: Rua Padre Bento Pereira, 50-----

Em 24/06/2003 procedeu-se à vistoria ao prédio urbano sito na Rua Padre Bento Pereira, 50 – Borba, por requerimento da Sr^a. Maria Helena Faleiro Grego, por motivo de reclamação de uma obra vizinha, tendo-se verificado o seguinte:-----

1 – A casa de banho da moradia da queixosa, situada a nível do 1º andar, possui um vão de iluminação e de ventilação, com as dimensões de 0.35m x 0.135m pelo lado exterior e 0.39m x 0.18m pelo lado interior, que dá directamente para a cobertura do prédio situado na Rua Padre Bento Pereira, nº.48, propriedade do Sr. António José Rodrigues Figueira, residente na Rua da Sociedade Recreativa, 15 – Sabugo – 2715 - 399 Almargem do Bispo.-----

2 – O Sr. António José Rodrigues Figueira executou uma obra de substituição da cobertura do seu prédio atrás referido (processo de obras nº.444/02 – comunicação prévia), tendo elevado a mesma em cerca de 0.10m a 0.15m, tapando parte do vão da casa de banho da moradia da Sr^a. Maria Helena Faleiro Grego.-----

3 – Verificou-se também que a caleira que recebia o escoamento das águas da cobertura do prédio do Sr. António Figueira foi demolida, que depois era encaminhado para o logradouro do seu prédio, sendo o escoamento agora efectuado para uma cobertura do prédio da requerente.-----

Relativamente ao referido nos pontos 1 e 2 e, em virtude de não se ter a certeza como se poderia classificar o respectivo vão e enquadrar-se assim no disposto do Código Civil – artº.1362º (servidão de vistas) ou o artº.1363º (frestas, seteiras ou óculos para luz e ar), solicitou-se parecer jurídico que se transcreve: *“Atendendo ao disposto no artº.1363º, no nº.2 do Código Civil, estando a efectuar a mais 1,80m do solo e não tendo em nenhuma das suas dimensões mais de 15 cm, deverá considerar-se fresta e,*

portanto, pode o vizinho levantar parede que a vede – n.º.1 do citado artigo 1363.º”.-----

Em 17/07/03 notificou-se o Sr. António José Rodrigues Figueira para, num prazo de 30 dias, executar a caleira referida no ponto 3, ou um algeroz, colocando um tubo de queda para efectuar o escoamento para o logradouro do seu prédio, a fim de dar cumprimento ao disposto no n.º.1 do artigo 1365.º do Código Civil.-----

Decorridos os 30 dias o Sr. António José Rodrigues Figueira não deu cumprimento à notificação, tendo sido notificado pela 2ª vez em 07/10/03 para, no prazo de 15 dias, proceder à execução das obras anteriormente ordenadas, sob pena da Câmara Municipal de Borba tomar posse administrativa do imóvel para lhes dar execução imediata.-----

No decorrer de todo o processo de reclamação efectuada pela Sr.ª Maria Helena Faleiro Grego em 03/06/2003, e após a última notificação feita ao Sr. António José Rodrigues Figueira, deu entrada nestes serviços, no passado dia 07/06/2004, por parte da reclamante, um pedido a solicitar novamente a compreensão desta autarquia para resolução do problema, uma vez que este persistia.-----

Como tal, e dado que o Sr. António José Rodrigues Figueira não cumpriu com a notificação expressa no ofício supramencionado, de acordo com o parecer jurídico junto, **foi deliberado, por unanimidade, que a Câmara Municipal de Borba tome posse administrativa do prédio sito na Rua Padre Bento Pereira, 48 - Borba, propriedade do Sr. António José Rodrigues Figueira**, para dar execução imediata das obras referidas no auto de vistoria, ao abrigo do n.º 1 do artigo 91.º do Dec-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Dec-Lei n.º 177/01, de 04 de Junho.-----

Foi ainda deliberado, por unanimidade, notificar o Sr. António José Rodrigues Figueira desta mesma deliberação.-----

b) Pedido de viabilidade-----

Processo n.º:133/04-----

Requerente: **Fruteco – Fruticultura Integrada, Ldª**.-----

Morada: Tapada Grande – Maridona – Glória - Estremoz-----

Local: Convento da Luz – Salgada - Rio de Moinhos – Borba-----

Objecto de Requerimento: Pedido de informação prévia para viabilidade de construção-----

A pretensão que o requerente expõe refere-se à possibilidade de ampliação de um pavilhão destinado a industria de conservação de frutas numa parcela que se encontra classificada como “área prioritária de exploração”, de acordo com o PDM. Antecedendo o presente pedido de viabilidade, foram aprovados nesta Câmara Municipal os processos de obra n.º 19/95

(construção de armazém), 135/97 (ampliação de armazém agrícola) e 143/98 (legalização de alpendre).-----

De acordo com o artº 35º (alínea 2) foi consultado o IGM, que aprovou a pretensão sem condicionantes.-----

A parcela de terreno, objecto da pretensão apresenta-se com um total de 14 000 m2, e, tendo em conta que não há índices aplicáveis para esta classificação de uso do solo, poder-se-á afirmar que a proposta se enquadra no disposto no instrumento de planeamento aplicável.-----

Embora a pretensão se integre em áreas prioritárias de exploração de mármore, a parcela de terreno, objecto da pretensão não se encontra abrangida pela UNOR 2 – PROZOM.-----

Quanto às questões a ter em consideração com a implantação, convém referir que a distância à via pública deverá apresentar, no mínimo, 8 m de afastamento à zona da estrada municipal (EM 508), de acordo com o artº 79º da Lei nº 2110, de 19 de Agosto.-----

Relativamente ao uso, e tendo em conta que os anteriores processos de obra não se referiam a armazenagem de frutos, deverá, aquando da entrega de processo de obras para efeitos de licenciamento, ser esclarecido o tipo de utilização que a edificação irá apresentar, por forma a permitir uma análise enquadrada nos regulamentos e legislação específica.-----

No que concerne à proposta arquitectónica a elaborar para o licenciamento da obra em causa, deverá cumprir as especificações gerais do PDM e do RMEU, ou seja, soluções que se enquadrem nos padrões estéticos e arquitectónicos da arquitectura popular Alentejana.-----

Atendendo ao exposto, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o pedido de viabilidade, com os condicionamentos expressos neste parecer.-----

c) Levantamento de ónus de inalienabilidade-----

Requerimento de **António Joaquim Mira Talhinhos**, residente em Vialonga, adquirente do lote de terreno número 31, sito no Loteamento de Nossa Senhora da Vitória – Barro Branco, freguesia de Rio de Moinhos inscrito na respectiva matriz sob o artigo 1754, descrito na Conservatória do Registo Predial de Borba sob o número 00827/980115, o qual lhe foi vendido pela Câmara Municipal de Borba em 27/09/02, em ónus de inalienabilidade, requerendo autorização para hipotecar o referido lote, junto do Banco Montepio, como garantia de empréstimo a contrair e o reconhecimento de subsistência da hipoteca mesmo em caso de reversão.---

Analísado o requerimento, e de acordo com a informação dos serviços competentes, **foi deliberado, por unanimidade, autorizar o levantamento do ónus de inalienabilidade** tendo em vista a hipoteca pretendida, não se opondo a Câmara Municipal à venda do imóvel em caso de eventual execução judicial para recuperação do crédito concedido pela respectiva entidade bancária, pelo que deverá ser emitida certidão comprovativa.-----

O vereador Joaquim Serra embora não se opondo à autorização para o levantamento do ónus, chamou a atenção para a data em que o lote foi vendido. Sobre esta questão já havia alertado na última reunião de Câmara.-----

PONTO 2.3 – AQUISIÇÃO DE TERRENO-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adquirir o seguinte terreno:-----

Parcela de terreno com a área de 7.532 m2, a destacar da parte rústica do prédio misto denominado “Ruivinha”, inscrito na matriz cadastral da freguesia de Rio de Moinhos sob o artigo 176º da secção F, descrito na Conservatória do Registo Predial de Borba com o número 01124/040607.--

Proprietário: João Pereira Pires.-----

Valor da parcela de terreno: 112.229,52 Euros.-----

O pagamento será efectuado da seguinte forma:-----

. 25% no acto da escritura, podendo a Câmara intervir de imediato.-----

. 15% em Outubro de 2004.-----

. 25% em Fevereiro de 2005.-----

. 20% em Maio de 2005.-----

. 15% em Agosto de 2005.-----

PONTO 2.4 – PEDIDO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA PARA EFEITOS DE EXPROPRIAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO-----

1 – A Câmara Municipal de Borba pretende concretizar uma das grandes aspirações da população de Santiago de Rio de Moinhos que é a abertura de um jardim junto à Ribeira – “Jardim Temático de Rio de Moinhos”.-----

2 – Neste sentido, a Câmara Municipal de Borba, depois de dar cumprimento ao nº.5 do artº 10º da Lei nº.168/99, de 18 de Setembro, pretende adquirir e requerer a declaração de utilidade pública para expropriação, da parcela de terreno, com a área de 2.541 m2, a desanexar do prédio rústico, inscrito na matriz cadastral da freguesia de Rio de

Moinhos sob o artº.161º, secção F, descrito na Conservatória do Registo Predial de Borba com o número 00624/960911, de que é proprietário o Sr. António Luís Coelho Gancho, nos termos da alínea c) do nº.7 do artº.64º da Lei nº.169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

3 – Prevê-se o encargo de 19.057,50 (dezanove mil cinquenta e sete euros e cinquenta cêntimos) com a expropriação, conforme relatório do perito constante da lista oficial de peritos do Tribunal da Relação de Évora, datado de 05/05/04.-----

4 – A parcela de terreno a adquirir localiza-se dentro do Perímetro Urbano de Rio de Moinhos – Zona Urbanizável, de acordo com o PDM, não estando ainda em vigor outro instrumento de gestão territorial.-----

Assim, ao abrigo da alínea c) do nº.7 do artº.64º da Lei nº.169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº.5-A/2002 de 11 de Janeiro, em conjugação com o artigo 10º da Lei nº.168/98 de 18 de Setembro, a Câmara Municipal, propõe requerer à Assembleia Municipal de Borba a declaração de utilidade pública para expropriação com carácter de urgência e autorização de posse administrativa da parcela de terreno acima identificada.-----

O vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, embora concorde com o processo de expropriação, por entender que se deve salvaguardar o interesse público, fez as seguintes chamadas de atenção: a primeira que se prende com o instrumento de planeamento em vigor, ou seja, se o PDM é suficiente para suportar a decisão. O Sr. Presidente informou que foi pedido parecer à Ex-DRAOT, ainda que telefonicamente, que se pronunciou favoravelmente, tendo em conta que em Rio de Moinhos não existe PP nem PU. Mesmo assim, o vereador Joaquim Serra referiu não saber se é suficiente, uma vez que não há nenhum instrumento de planeamento que diga que aquele espaço se destina a um Jardim (só um Plano de Pormenor ou um Plano de Urbanização é que poderia justificar). Esta é sua preocupação porque o processo não segue só para a Assembleia Municipal, tem que ser encaminhado para o Tribunal. Entretanto, o Sr. Presidente acrescentou que se isso se detectar, o processo em vez de se encaminhar para a Assembleia Municipal também se pode encaminhar para o Ministro do Ambiente e, este por sua vez, declara a utilidade pública.-----

A outra chamada de atenção, colocada pelo vereador Joaquim Serra, prende-se com a justificação do carácter de urgência (porque lhe parece não se poder invocar sem que exista um projecto aprovado e um cronograma de execução, pois o carácter de urgência depende da necessidade de execução imediata). O Sr. Presidente referiu que existe uma candidatura com um projecto apresentada ao Programa LIFE.-----

O vereador Joaquim Serra referiu que faz esta chamada de atenção porque pode parecer fácil enviar esta decisão para a Assembleia Municipal (que

apenas vai reconhecer a utilidade pública do espaço) e depois chegar ao Juiz do Tribunal que é quem tem que decidir sobre o processo de expropriação e, este por sua vez, não considerar justificável o carácter de urgência. Pois se a intervenção não for feita num determinado espaço de tempo, perde-se o carácter de urgência, e as pessoas têm que ser indemnizadas – é preciso haver cautela e ver se é o carácter de urgência que interessa e se existe disponibilidade financeira de executar em obra, ou se é para um prazo alargado não se podendo, neste caso, invocar o carácter de urgência.-----

Depois de discutirem a proposta, o Presidente colocou-a à votação. Assim, ao abrigo da alínea c) do nº.7 do artº.64º da Lei nº.169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº.5-A/2002 de 11 de Janeiro, em conjugação com o artigo 10º da Lei nº.168/98 de 18 de Setembro, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, requerer à Assembleia Municipal de Borba a declaração de utilidade pública para expropriação com carácter de urgência e autorização de posse administrativa da parcela de terreno acima identificada.-----

O vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, votou favoravelmente à expropriação (por entender que se deve salvaguardar o interesse público) com as ressalvas acima mencionadas: a primeira que se prende com o instrumento de planeamento em vigor e a segunda que se prende com a justificação fundamentada do carácter de urgência.-----

PONTO 2.5 – APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURA, À DIRECÇÃO GERAL DOS RECURSOS FLORESTAIS, NO ÂMBITO DO PROGRAMA BRIGADAS AUTÁRQUICAS DE VOLUNTÁRIOS, DESTINADA A EFECTUAR VIGILÂNCIA DA FLORESTA-----

A referida candidatura foi apresentada à Direcção Geral dos Recursos Florestais, no âmbito do Programa Brigadas Autárquicas de Voluntários, destina-se a efectuar vigilância da floresta nas áreas mais sensíveis do município, em complemento e colaboração com outras acções de prevenção e de vigilância.

A adesão ao programa ultrapassou as expectativas face ao interesse manifestado por parte das autarquias.

Assim, foi concedida uma brigada constituída por 2 vigilantes e:-----

1 viatura ligeira (incluindo seguro de viatura e de ocupante)-----

1 par de binóculos-----

1 telemóvel-----

1 manual do vigilante-----

2 coletes reflectores-----

combustível-----
Este equipamento é cedido em regime de comodato, cujo contrato será apresentado pela Direcção Geral dos Recursos Florestais, onde se encontram especificadas ainda outras obrigações por parte da Autarquia, bem como referenciado o local de entrega do citado equipamento.-----
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a apresentação da referida candidatura à Direcção Geral dos Recursos Florestais.-----

PONTO 2.6 – TRANSFERÊNCIA DO IEP, DE UM TROÇO DA EN 255, PARA O MUNICÍPIO DE BORBA-----

Na sequência da construção da variante à EN 255 em Borba e Vila Viçosa e com vista à assinatura do auto de transferência dos troços da EN 255 entre o Km 0,000 e o Km 4,200 (limite do concelho de Vila Viçosa) (extensão: 4200 m), da ligação a Borba (construção recente) entre o Km 0,000 e o Km 1,460 (extensão: 1.460m) e da ligação à Zona Industrial Cruz de Cristo (construção recente) entre o Km 0,000 e o Km 0,280 (extensão: 2,80m), que deixaram de estar integrados na rede nacional, assim como da ligação a Borba e da ligação à Zona Industrial da Cruz de Cristo (construídas pelo IEP para serem entregues ao Município de Borba), está presente a minuta do respectivo Auto de Transferência.-----
O Sr. Presidente referiu que o auto foi distribuído por todos os eleitos e trouxe-o à Câmara para tomarem uma posição pois, considera-o muito “seco”, tendo já pedido parecer à Associação Nacional de Municípios Portugueses. Entende que não deve ser hoje aprovado devendo primeiro ser marcada uma reunião com os técnicos da Câmara e os técnicos do IEP, no sentido de chegarem a um acordo relativamente a este auto e analisarem os troços, ver a situação em que eles estão, as deficiências ou anomalias que poderão existir e fazer as exigências necessárias (trata-se de 5Km de estrada que não é de fácil manutenção).-----
Entretanto interveio o vereador Artur Pombeiro referindo que não é só o facto de se tratarem de 5km de estrada, há também outra coisa que o preocupa – o estado actual da estrada que vai ser entregue – como vai ser entregue – se a Câmara apenas se limita a receber os troços e não vai ter contrapartidas para a manutenção anual. Estas são questões que vão ter que ser esclarecidas, até com consulta jurídica de forma que quando a Câmara delibere aprovar a assinatura do Auto saiba o que está a deliberar e com consciência daquilo que está a fazer. Referiu a título de exemplo: poderá haver um abatimento na Horta Nova – tratando-se de um defeito da estrada que já várias vezes foi arranjada neste sítio. Se de facto o terreno voltar a abater são encargos muito grandes para a autarquia, e tudo isto tem que ser muito bem analisado.-----

Usou da palavra o vereador Joaquim Serra referindo que quando recebeu o Auto também o achou bastante “seco” e até pensou que já houvesse disponibilidade para o assinar. Agora, com o que acabou de ouvir, ficou muito mais tranquilo. Referiu que também preparou uma proposta para este assunto e que vai passar a ler: “A transferência de estradas ou troços de estradas nacionais para os municípios origina um acréscimo de maiores responsabilidades de manutenção e conservação de estradas aliviando dessa responsabilidade o poder central e regra geral aumentando as dificuldades financeiras dos municípios pois não são previstas nos autos de transferências quaisquer formas de compensação para o município dos encargos daí resultantes.-----

A transferência agora proposta, do troço da EN 255 e os acessos à nova variante vão representar par o Município e Borba um acréscimo de responsabilidade na área da manutenção e conservação de estradas, acresce o facto de a estrada em causa ser uma estrada problemática devido ao uso e serviço de apoio às pedreiras.-----

Independentemente da variante estar concluída e a ser utilizada o bom estado desta estrada obriga a constantes intervenções e nunca a JAE, actual IEP, conseguiram resolver problemas nomeadamente durante o período de inverno, problemas relacionados com drenagem, lençóis de água e lama no pavimento.-----

O troço em causa apresenta ainda uma parte urbana que atravessa a vila e que há muitos anos carece de intervenção nomeadamente junto ao Edifício da Câmara.-----

Antes da assinatura deste auto gostaria que fosse feita uma vistoria à estrada, que fosse feito um relatório de sinalização de problemas e possíveis intervenções, que necessidades imediatas de intervenção existem a curto prazo, que investimentos é que esta recepção poderá ter que suportar e ser feita uma estimativa de custos de manutenção destes troços. Na base destes elementos discutir com o IEP formas de compensação para este Município, pois não pode passar pela simples entrega dos troços”.-----

Após ouvir a proposta do vereador Joaquim Serra o Sr. Presidente referiu ser precisamente isto que a Câmara de Borba pretende fazer, embora não tenha elaborado nenhuma proposta concreta mas, no fundo é o que se vai fazer e também é o que fez a Câmara de Vila Viçosa.-----

Assim, e porque houve consenso entre todos os eleitos presentes, a Câmara Municipal decidiu marcar uma reunião entre os técnicos da Câmara e os técnicos do IEP, no sentido de verificarem os troços – todas as deficiências ou anomalias que poderão existir, antes da assinatura do Auto de Transferência.-----

PONTO 2.7 – CEDÊNCIA DE DIREITO DE SUPERFÍCIE--

Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 7 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, e atendendo ao disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, a Câmara Municipal de Borba propõe ceder à Santa Casa da Misericórdia de Borba o direito de superfície de uma parcela de terreno, com a área de 2.808,00m², sita na Zona Industrial da Cruz de Cristo (Olival à Cruz de Cristo), inscrita na Matriz Predial com o artigo 2/206-C, (conforme planta cadastral anexa) descrita na Conservatória do Registo Predial de Borba com o número 02342/040203, destinada ao realojamento das famílias de etnia cigana residentes actualmente na Zona Habitacional da Cerca (Horta das Mós).-----

Este direito será exclusivamente para este fim, sendo que quando deixar de ter esta utilidade reverterá automaticamente para a posse do Município de Borba, obviamente, sem qualquer contrapartida.-----

Entretanto o vereador Humberto Ratado explicou que esta proposta de cedência de direito de superfície surgiu da sequência de uma reunião de parceiros do PIC que contempla tanto o Plano de Acção do PIC como o Plano de Acção da Rede Social (realojamento de etnia cigana). Uma vez que há necessidade do espaço, onde actualmente os ciganos estão instalados, para desenvolvimento de outro projecto, e, como o realojamento da etnia cigana tem que ser fora do perímetro urbano pensou-se no espaço que está aqui a ser proposto (Olival à Cruz de Cristo – terreno junto à horta da Santa Casa da Misericórdia). O PIC tem as verbas destinadas para este Plano de Acção (estruturas) e como é evidente a Câmara Municipal também vai ter alguma participação, nomeadamente, a nível de mão-de-obra, por isso pensa que o projecto venha a ser implementado até final do ano, e tudo isso foi acordado na reunião de parceiros. Caso o projecto não venha a ser implementado reverterá também automaticamente a favor do município.-----

O vereador informou ainda que, no que concerne à parcela de terreno (área de 2.808,00 m² que está registada) existe uma divergência entre o levantamento topográfico que está feito que refere uma área superior. Contudo, os serviços competentes estão a tomar todas as diligências necessárias no sentido de verificarem se existe algum erro a nível de levantamento e, nesse caso, a área proposta poderá ficar sujeita a rectificação.-----

Entretanto o Sr. Presidente colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado, por maioria (com três votos a favor e uma abstenção) a sua aprovação.-----

O vereador eleito pela CDU, Joaquim Serra, absteve-se não propriamente pela cedência do direito de superfície, mas sim pelo desacordo com o tipo de solução encontrada e com a própria localização.-----

PONTO 2.8 – ACTIVIDADES DA CÂMARA-----

Hastas Públicas marcadas para dia 24 de Junho de 2004:-----

Informa-se que as hastas públicas marcadas para dia 24 de Junho, destinadas à adjudicação do Lote de Terreno nº.78, sito na Zona Industrial da Cruz de Cristo; do Pavilhão sito na Zona Industrial da Cruz de Cristo e de duas habitações na Aldeia Lacerda, ficaram desertas de interessados.----

O Senhor Presidente informou que, para além das actividades normais de funcionamento e gestão, desde a última reunião de Câmara participou:-----

- ✓ Reunião do Conselho Cinegético para parecer sobre processo de Anexação à Zona de Caça Turística – Fundação da Casa de Bragança.-----
- ✓ Reunião com as técnicas do CEVALOR para apresentação de uma Escola Tecnológica (ESTER) ligada ao sector dos mármore.-----
- ✓ Reunião com a Comissão Distrital de Segurança Rodoviária, que se realizou nesta autarquia.-----
- ✓ Reunião do Conselho de Administração da EDC' Mármore.-----
- ✓ Participação na Inauguração da Oficina do Idoso – Santa Casa da Misericórdia.-----
- ✓ Reunião do Conselho Regional da CCDRA.-----

O Vereador Humberto Ratado, relativamente aos seus pelouros, prestou as seguintes informações:-----

- ✓ Informou na reunião de Câmara de 19 de Maio último, sobre uma reunião que teve com o Agrupamento de Escolas com técnicos da DREA, para aferir questões relacionadas com os Acordos de Colaboração actuais, relativamente aos prolongamentos, refeições, etc. Na reunião de dia 19 informou também que já tinha seguido um ofício, para a Sr^a Directora Regional, no sentido de saber quais as movimentações que se pretendiam efectuar no concelho de Borba para que se pudesse fazer concurso e seleccionar as pessoas até

Setembro. Na sequência dessa informação, acrescentou que continuam os contactos, por escrito, com a DREA e recebeu há pouco tempo informação sobre as movimentações previstas, em que a DREA pretende, por necessidade do Agrupamento e por não terem pessoal suficiente, retirar as auxiliares para o Agrupamento, ficando esfalcado o ensino pré-escolar. Recebeu então uma indicação neste sentido, embora não viesse como ele pretendia porque pediu que lhe informassem sobre o número exacto de pessoas que vão ser recrutadas, pois é preciso prazos para as poder recrutar. Contudo, já enviou outro ofício para que o informem sobre estes números, porque na informação que já deram apenas fazem referência ao Jardim de Infância de Orada e de Borba e, talvez, por lapso se tenham esquecido de Rio de Moinhos e Nora. Informou que tem uma preocupação com esta questão, ou seja: se houver algumas alterações no próximo ano lectivo, relativamente a determinadas respostas sociais que poderão vir a dar, nomeadamente, com a alimentação para os miúdos, em determinados locais no Município, mesmo assinando o Acordo de Colaboração (que a DREA já manifestou interesse em fazer e a Câmara está receptiva) pretende ser esclarecido se a qualquer momento esse acordo poderá ser alterado, no sentido de haver algum acréscimo de mais uma auxiliar ou mais uma animadora, que poderá vir a ser necessário com as alterações previstas em termos de projectos para estes equipamentos educativos.-----

- ✓ Piscinas Municipais – a abertura decorreu na data prevista, dia 26 de Junho.-----
- ✓ Representação na reunião de parceiros do PIC, na sequência da informação que acima referiu.-----
- ✓ Reunião na AMDE, que não pode estar presente e fez-se substituir pelo técnico da área Sr. Paulo Massas e Dr^a. Helena da Acção Social, sobre educação.-----
- ✓ Representação na reunião extraordinária da Comissão Regional da Região de Turismo que, por falta de quórum, mais uma vez não puderam aprovar uma alteração orçamental.-----
- ✓ Informou que durante os dias 8, 9 e 10 de Julho vão decorrer esclarecimentos sobre “Idosos em Segurança”, nomeadamente, em Rio de Moinhos, Borba e Orada, em parceria com as Juntas de Freguesia e com a Câmara Municipal dirigidos pelo Comando da GNR de Estremoz.-----
- ✓ Dia 10 de Julho vai iniciar-se, no Celeiro da Cultura, uma Exposição de Pintura e o Lançamento de um Livro de um munícipe, natural de Borba, freguesia de Rio de Moinhos. A Exposição vai alargar-se até final do mês de Julho.-----

- ✓ Realizou-se mais uma desinfestação na Oficina da Criança e outra nas Piscinas Municipais antes da sua abertura.-----
- ✓ Informou que está a preparar uma proposta de Regulamento para o Cartão Municipal do Idoso, que gostaria de ter trazido hoje para distribuir por todos os eleitos. Aconteceu, porém, que devido a problemas com o ficheiro informático não conseguiu fazer pequenas alterações que pretendia fazer. Logo que consiga completar a proposta, fá-la-á chegar aos vereadores Joaquim Serra e Vicente Ermitão, no sentido de poderem colaborar com algumas propostas, para quando chegar a uma próxima reunião para aprovação vir com propostas concretas e poderem discuti-la mais abertamente.-----

O Vereador Artur Pombeiro informou o restante executivo das actividades relativas aos seus pelouros:-----

- ✓ Caminhos da Unor 2 – estão quase concluídos, faltando abrir algumas valetas e começar a proceder à limpeza das propriedades, nomeadamente, algumas pedras grandes que saíram do troço das estradas. Além dos caminhos da Unor 2, foram feitos alguns reparos noutros dois caminhos.-----
- ✓ Continuam os trabalhos de remodelação da Rede de Águas da Nora – neste momento a intervenção está a ser feita na Av. principal onde efectivamente têm sido provocadas roturas porque havia tubos completamente obstruídos.-----
- ✓ Loteamento do Forno – Orada – as obras vão parar por alguns dias, para que se possam reforçar os trabalhos na Rua da Igreja Matriz e no espaço do Jardim Municipal.-----
- ✓ Continua a limpeza de bermas e valetas. Concluí-se a limpeza em Rio de Moinhos e Ribeira. Neste momento estão a proceder à limpeza junto à Caseta à entrada da Nora, para que possam passar para a Estradada de Alcaraviça e Orada e a seguir passarem aos lugares mais longínquos do concelho.-----
- ✓ Rua da Cruz, à excepção do largo, está quase concluída faltando pôr à quota final e colocar o betuminoso.-----

Entretanto o vereador, eleito pela CDU, Joaquim Serra colocou as seguintes questões:-----

- ✓ Lembrou que continua à espera que lhe facultem cópia do alvará de loteamento da Santa Casa da Misericórdia de Borba (o processo).-----
- ✓ Relativamente ao horário e funcionamento das Piscinas Municipais, perguntou qual era o horário do período da tarde e quem é o responsável pelo funcionamento das mesmas. Coloca esta questão,

uma vez que já foi abordado por várias pessoas que lhe disseram que a partir das 19:00 horas os miúdos são postos na Rua. Contudo, os miúdos pagam para estar até às 20:00 horas porque é esse o horário de encerramento. Acrescentou ainda que esta situação teve uma agravante no período em que decorreu o Europeu, em que os miúdos foram postos na Rua a partir das 18:30 horas, subentendendo que seria para o pessoal responsável ir para casa ver o Futebol.-----

Relativamente a esta questão o vereador Humberto Ratado informou que, pelo que sabe, não houve nenhum empurrar dos miúdos para saírem às 18:30, às 17:00 etc. Informou que lhe foi pedido, pelo técnico responsável para encerrar mais cedo, nos dois dias em que decorreu a meia-final e final do Euro/2004, para verem o futebol. Aceitou este pedido e foi isso que aconteceu, tendo sido colocada atempadamente informação junto às entradas, para o encerramento das piscinas uma hora mais cedo. Esta foi uma situação que teve conhecimento dela e ele próprio a autorizou, não a considerando grave. Se eventualmente existem outros casos não tem conhecimento deles.-----

O vereador Joaquim Serra alertou para o facto de que para além desses dois dias do futebol (por exemplo ontem) os miúdos saíram às 19:00 horas e, é isto que está a ser praticado, se o encerramento das piscinas é às 20:00 há que ver o que se passa.-----

Entretanto o vereador Humberto Ratado sublinhou que as únicas alterações no horário de encerramento das piscinas, foram efectivamente nesses dois dias em que decorreu o futebol e foi com a sua autorização. Se isso aconteceu noutros dias, não sabe. O que sabe é que o horário de encerramento das piscinas é às 20:00 horas e os responsáveis ficam até às 21.00 horas mesmo que não haja ninguém, para tratar de toda a arrumação, e a partir das 21:00 horas chega o guarda. Contudo, vai ter em atenção o alerta do vereador Joaquim Serra e tentar saber o que se passa.-----

- ✓ Perguntou o que se passou com o muro que estava a ser construído frente à Igreja da Matriz. E o que se passou também com o pavimento betuminoso do troço (recente) que vai da Igreja Matriz até ao cruzamento da Copobor que constava de uma candidatura, que já foi paga alguma comparticipação pela CCDRA, e agora foi arrancado.-----

Em relação ao muro da Igreja o Sr. Presidente esclareceu que foram feitas duas propostas pela Arq^a Renata que contemplavam, uma, a construção de um muro e, outra, a colocação de um gradeamento. As propostas foram apresentadas ao Pároco da freguesia e este optou pela construção do muro. Iniciou-se a construção do muro e já numa fase adiantada do mesmo, elementos da parte de Igreja chegaram à conclusão que o muro não era a melhor opção e seria melhor ser demolido. Disponibilizaram-se, porém, para fazer um esclarecimento público sobre o assunto, sendo que o Sr.

Padre vai fazer esse esclarecimento assumindo que o erro é da parte da Igreja e responsabilizar-se-ão pelos custos que estiveram inerentes quer aos materiais quer à construção e demolição do muro.-----

Relativamente ao troço que vai da Igreja Matriz até ao cruzamento da Copobor, o vereador Artur Pombeiro explicou que a questão foi levantada pelo próprio calceteiro e foi-lhe colocada a ele a à Arqª Renata. Disse-lhes que quando se quisesse completar a Rua com os paralelos ficaria sempre uma obra com um remendo se não fosse arrancado o betuminoso. Pensando nisto que lhes foi dito, pensou-se então em repor a Rua completa com o betuminoso. Compreende perfeitamente que o pavimento estava bom, mas como tinha que se arrancar para as passagens eléctricas e tendo em conta a sugestão do calceteiro tomou esta decisão, embora compreenda que este troço não pode ser contabilizado na candidatura tendo que a Câmara assumir essas despesas. “É isto que contribuí para as dificuldades financeiras do município – estragar o que está bom para se fazer de novo não me parece a melhor solução – destacou o vereador Joaquim Serra”.-----

Relativamente a esta questão o Sr. Presidente realçou que é preciso ter cuidado com a ligação à Estrada 255, porque se não for apertada dentro da própria estrada os paralelos poderão começar a saltar. Entretanto o vereador Artur Pombeiro esclareceu que em relação a isso o calceteiro lhe transmitiu que o calcetamento desta Rua tem que começar dentro da estrada.-----

Por sua vez, o vereador Joaquim Serra referiu que há que ter em atenção que a estrada 255 tinha toda ela nesta passagem um lancil. Se esse lancil for assente em cimento e se for bem assente faz a divisão perfeita de uma coisa com a outra sem ser necessário escavar até à estrada. Alertou para uma guia que ali existe e a partir daí é que se devem rematar os paralelos sem que se entre na estrada. Era uma coisa deste tipo que se fazia também na junção com o pavimento betuminoso, e assim poupavam-se 80 e tal metros de paralelos mais os 80 e tal metros que se deitaram fora. O vereador Joaquim Serra perguntou o que foi feito à calçada que arrancaram frente à Igreja, ao que o vereador Artur Pombeiro respondeu que está guardada. O vereador Joaquim Serra aconselhou para que fosse bem guardada porque o projecto do GTL previa a reposição desta calçada no Castelo (manutenção desta calçada da Frente da Igreja com a pedra). Estava previsto o levantamento da calçada para a base ser melhor ajeitada e depois ser recolocada esta pedra, porque era das poucas ruas calcetadas do tempo medieval.-----

Entretanto o Sr. Presidente informou que esta pedra que tem sido arrancada tem sido guardada (esta da frente da Igreja Rua da Igreja, e também a que se arrancou do largo em Santiago Rio de Moinhos) e a ideia que tinha era fazer precisamente essa alteração na Zona do Castelo.-----

O vereador Artur Pombeiro informou que a pedra está toda guardada na Zona Industrial tendo, inclusivamente, o espaço sido limpo para não se misturar com outra pedra. A mesma está prevista para a Rua do Castelo.--

Antes de dar a reunião por encerrada, o Sr. Presidente procedeu à leitura da minuta da acta que, foi aprovada por unanimidade e, ficará anexa a esta acta dela fazendo parte integrante.-----

-----ENCERRAMENTO-----

Por não haver mais nada a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, pelas doze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta, composta por vinte páginas que vai ser assinada pelo Presidente e por mim, Aldina Vitória Bilro Vinhas do Maio, Assistente Administrativa Especialista que a redigi.-----